

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça
Sr. José Eduardo Cardozo
A/C Dr. Paulo Abrão Pires Junior
Presidente da Comissão de Anistia
Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”
Ministério da Justiça, Anexo II, térreo, T3
Brasília/DF
CEP- 70064-900

Ref.: Requerimento de Anistia de Sirlan Antônio de Jesus de acordo com a Lei no. 10.559, de 13 de Novembro de 2002, tendo em vista que como compositor e cantor, no período da ditadura militar – 64 a 85 - as minhas músicas e com meus parceiros foram censuradas, causando prejuízos financeiros, psicológicos, emocionais, familiares e políticos. **Segundo a revista *Isto É* de 18 de julho de 1979, “desde então, Sirlan se tornou na MPB um símbolo dos perseguidos pela censura – mais até que Chico Buarque de Holanda”.**

Solicito PRIORIDADE na análise de julgamento do meu processo, baseado na portaria interministerial no. 447, de 6 de maio de 2002 e a lei no. 10.741 de 1º. de Outubro de 2003.

I – DOS FATOS

Sou natural de Belo Horizonte. Comecei a me interessar pela música aos 5 anos de idade,(1956) quando fugia de casa para cantar no Bar Bife de Ouro situado no início da rua Bonfim perto de minha residência que era no número 60 e mais tarde no número 406 da mesma rua, no bairro Lagoinha. Cantava o repertório de Nelson Gonçalves, Anísio Silva, Orlando Dias, Sílvio Caldas, Cauby Peixoto, Luiz Gonzaga, Bienvenido Granda entre outros. Gostava de ouvir também Ray Charles, Bing Crosby, Frank Sinatra, Dóris Day, e música clássica. Não fui eu quem escolheu a música, a música me escolheu desde muito cedo.

Nesse mesmo período, um vizinho conhecido por todos como “Seu Aguinaldo” - que ao que se sabia havia trabalhado com Juscelino Kubitschek e demonstrava notório conhecimento daquilo que falava, conversava muito comigo e me contava histórias sobre JK,

os bastidores e situações de governo. Foram as primeiras informações que recebi sobre o assunto.

Desde os primeiros anos de estudante no Grupo Escolar Olegário Maciel tinha por hábito acompanhar as campanhas eleitorais e as apurações transmitidas pelas emissoras de rádio. Talvez por isso mesmo a atenção do “Seu Aguinaldo” para comigo. Chegava a ficar anotando num caderno os resultados parciais divulgados e somando "para ver se estavam fazendo as contas direito". Instintivamente começava aí meu interesse pelos acontecimentos no país.

À época existia a Feira Permanente de Amostras onde hoje é a rodoviária de Belo Horizonte. Neste complexo, além da Feira, havia o ginásio do Paysandu - palco de eventos esportivos e onde a meninada da vizinhança praticava esportes, inclusive eu -, uma rodoviária acanhada, um restaurante popular conhecido como “bandejão”, a sede do Touring Club do Brasil, os entrepostos de leite e de peixes, uma área onde se instalavam os grandes circos que passavam pela cidade, o primeiro supermercado da cidade e a Rádio Inconfidência com seus dois auditórios onde aconteciam programas ao vivo com os maiores cantores e músicos da época, programas humorísticos e rádio teatro, concertos com orquestra. Frequentar os programas de auditório da Inconfidência assim como a Rádio Guarani muito contribuíram para a minha formação básica musical. Cheguei a cantar em programas de calouros da Guarani que ficava num sobrado à Rua São Paulo ao lado das Lojas Americanas. Era obrigatório ouvir as emissoras da Rádio Nacional e da Rádio Mayrink Veiga, ambas do Rio de Janeiro.

Em 1962, aos 11 anos, comecei a frequentar o auditório da Rádio Itatiaia, à Rua Coromandel, e a me aproximar de um conjunto musical que ali ensaiava. O conjunto era formado por alguns rapazes do bairro os quais eu já conhecia - Oder Prata, de conhecida família de músicos da época – os bateristas Bié e Olavo Prata e o baixista Romeu Prata, Zezé Scarpelli e Sérgio Teixeira. Os outros componentes eram de diversos bairros e outras cidades como é o caso de Gileno Tiso, de Três Pontas e irmão do renomado Wagner Tiso. O conjunto se chamava Jazz Minas Bossa. Além de cantar, aos poucos fui me interessando por um instrumento, a bateria, e eventualmente fazia breves substituições ao titular do instrumento. Assim começou minha carreira de baterista que depois se estendeu aos conjuntos Os Barranqueiros e Os Turbulentos e mais tarde em shows com Eduardo Conde,

MPB4 e participação no disco de Lô Borges. Atuávamos em bailes por todo o estado e em programas de rádio e televisão em Belo Horizonte.

Aos 12 anos, concomitantemente com a música, fui trabalhar no jornal Correio de Minas e Revista Três Tempos, à Avenida Olegário Maciel, na função de contínuo do Departamento de Circulação. Eram proprietários os senhores José de Oliveira Vaz, José Cotta e Ennius Marcus de Oliveira, tendo esse último o controle da Rádio Jornal de Minas que tinha seus estúdios junto ao Cine Leão XIII à Ru Guarani. Lá, tive a oportunidade de conhecer e me aproximar de pessoas como Guy de Almeida, Dídimo de Paiva, Marcelo Tavares e seu irmão Rômulo Paes, José Alberto da Fonseca, Silvio Prazeres, Warley Ornellas e muitos outros. Vale ressaltar que eu já era vizinho de José Arthur Gonçalves de Almeida, diretor industrial da Imprensa Oficial do Estado e irmão de Guy de Almeida. Com esta convivência e o acesso às notícias e às informações que não podiam ser publicadas, comecei a despertar para uma realidade injusta que fazia parte do nosso cotidiano.

Em 1964, levado por José de Oliveira Vaz, fui para a TV Itacolomy, no edifício Acaiaca, à Av. Afonso Pena, defronte a Igreja de São José. Primeiro como contínuo, depois trabalhando com o tráfego de filmes e vídeo tapes juntamente com os companheiros Manoel Tunes Villani, Jadir Avelino e Moacir Silveira, o que me colocava em contato diário com pessoas nas emissoras da TV Tupi do Rio de Janeiro e de São Paulo. Existia a SIRTA - Serviços de Imprensa, Rádio e TV Associados - que à época tinha no seu comando no Rio de Janeiro um dos integrantes do Trio Irakitan, Gilvan Duarte, com quem mantive contatos profissionais e troca de informações musicais.

José de Oliveira Vaz, Dermeval Costa Neto, Caio Lafetá, Wilson Ângelo, Keffel Filho, Fernando Barroca Marinho, Ronaldo Brandão, Luiz Fernando Perez, os irmãos Hélio e Odair Fraga, Estácio Ramos, Jecido Freire, Hélio Giovanni, Fernando Sasso, Ronan Ramos e Kafunga, o cartunista Rujos, os atores Helvécio Guimarães e Sergio Cardoso são algumas das pessoas que marcaram minha vida na passagem pela Itacolomy.

Aconteceu o golpe militar.

Meu local de trabalho era na Avenida Afonso Pena, principal artéria da cidade, em frente à Igreja de São José e a um quarteirão da Praça Sete. Todas as manifestações da época aconteciam nesse perímetro e por isso o edifício Acaiaca era um local estratégico para manifestações de todos os tipos.

Fiquei indignado com a deposição do presidente João Goulart, eleito pelo voto popular, já que o vice também era votado. E olha que eu acompanhei a campanha, a votação e a apuração com o mesmo interesse manifestado desde o tempo da escola primária. Da minha sala de trabalho, no 22º andar do prédio, pude presenciar muitas manifestações de trabalhadores e estudantes contra o golpe militar e de lá atirar sacos plásticos com água sobre o policiais civis e militares que reprimiam com violência toda e qualquer iniciativa de protesto. Caso fosse descoberto pela repressão, corria já aí o risco de ser preso, torturado e indiciado em inquérito policial militar. Muitas foram as vezes que usei minha sala de trabalho para dar guarida a pessoas que fugiam da perseguição policial e subiam os andares do prédio a procura de esconderijo.

Por outro lado, durante as passeatas estudantis e outras manifestações, atirava papel picado e balões em apoio às mesmas. Era como eu podia participar naquele momento.

Nessa mesma época, trabalhava durante o dia e tocava à noite.

Foram bailes, casas de shows, bares e shows por BH e interior de Minas e também o “Brasa 4”, um programa semanal da TV Itacolomy.

Por volta de 1967, ainda que não fosse aluno, frequentava o Colégio Estadual Central de Belo Horizonte com os amigos que lá estudavam: Murilo Antunes, Luis Marcio Vianna, Sergio Lopes, Ricardo Decat e outros.

A essa época comecei a compor com Murilo Antunes, Luís Márcio Vianna e Fernando Brant, e a conviver com Joel Antunes, Tavinho Moura, Toninho Horta, Túlio Mourão, Marcio Borges e Milton Nascimento.

O Saloon - bar situado à Rua Rio de Janeiro em frente ao Cine Palladium, hoje SESC Palladium - assim como o Restaurante Lucas no Edifício Arcângelo Maletta, ambos no centro de Belo

Horizonte - transformaram-se em pontos de encontros diários de músicos, escritores, cineastas, atores e diretores de teatro, jornalistas, advogados, profissionais liberais e estudantes que ali debatiam os acontecimentos, trocavam informações e tramavam suas criações e produções artísticas. Era grande a efervescência. Alguns dos que ali frequentavam: da área musical, além dos citados acima, Chico Buarque e o MPB4, Caetano Veloso, Gilberto Gil, e a maioria dos artistas que vinham a BH.

Não posso deixar de fazer referência ao Seu Olímpio, o Veizão, garçom do Lucas, comunista declarado, que nos atendia e nos dava lições diárias de vida.

Ao lado do Saloon, o prédio da Imprensa Oficial do Estado e seu teatro que abrigou alguns dos nossos shows musicais e teatrais. Frequentava o Suplemento Literário, publicação de vanguarda que circulava encartada no Minas Gerais - diário oficial do Governo do Estado - que além de publicar a melhor e mais representativa literatura produzida naquele momento, tinha uma equipe de fazer inveja. Tendo à frente Murilo Rubião, nomes como Afonso D'Ávila, Ângelo Oswaldo, Adão Ventura, Jaime Gouveia do Prado, Henry Correa de Araujo, Luís Márcio Vianna dentre outros. Minha convivência com essa turma era quase que diária e me rendeu muito aprendizado. Visitava também a sucursal da revista O Cruzeiro onde a essa época trabalhava o meu parceiro Fernando Brant.

Viva Zapátria – como foi composta?

Era 1968, um momento de grande indignação, com a repressão apertando o cerco sobre todas as manifestações no país. Todos nós nos sentindo perseguidos e vigiados. Andávamos pelas ruas olhando para trás, para os lados com a sensação de que éramos seguidos o tempo todo. Nos bares e lugares que frequentávamos, qualquer pessoa desconhecida era motivo de desconfiança e insegurança. O temor rondava nossas vidas. Pessoas desaparecendo, sendo torturadas e mortas. Jornais e revistas sob implacável censura, principalmente a imprensa alternativa como o **PASQUIM E OPINIÃO**, jornais esses que alimentavam a nossa ânsia de saber e onde podíamos nos expressar. As informações só nos chegavam por esses jornais e pelo boca a boca, através de jornalistas que não podiam publicar as notícias mas dividiam com os amigos tudo o que acontecia e não podia ser divulgado.

Vivíamos sobressaltados com as constantes notícias das **PRISÕES E DESAPARECIMENTOS, DE AMIGOS E CONHECIDOS** e de pessoas expressivas em todo país. Casas sendo invadidas e reviradas em busca de "literatura subversiva". Uma perseguição implacável e indiscriminada.

Daí veio a notícia da invasão do Calabouço e o assassinato do Edson Luiz de Lima em 28 de março de 1968.

Nesse ambiente, sob esse clima, em Belo Horizonte, onde a resistência à ditadura militar era expressiva e por consequência onde a repressão era mais dura com prisões em massa, torturas e assassinatos, fizemos, eu e Murilo Antunes, a música Viva Zapátria.

Em 1969 fui convidado a atuar como baterista do grupo MPB4 numa turnê por BH e várias cidades do interior mineiro.

A partir daí estreitou-se ainda mais minhas relações com os componentes do quarteto, com Chico Buarque, com a família Tapajós: o pai Paulo Tapajós e os filhos Mauricio, Paulinho e Dorinha Tapajós, Paulo César Pinheiro, Ivan Lins, Vitor Martins, Gonzaguinha, Novelli, Joyce, Mauricio Maestro, Nei Lopes e muitos outros.

Logo após a turnê com o MPB4, pedi transferência da TV Itacolomy para ir para trabalhar na Rádio Tupy no Rio de Janeiro quando comecei as primeiras tentativas como músico e compositor em terras cariocas. Aumentou ainda mais o meu círculo de amizades e relações no meio artístico.

Em 1971 retornei a Belo Horizonte.

No final desse ano e início 1972 participei do Clube da Esquina, justamente no período de preparação do disco mas fui "convidado" a sair da trupe. Isso numa reunião noturna no mesmo Saloon, palco de tantos acontecimentos.

Retirei-me da cena e fui para o sítio de uma amiga, a D. Maria Ester funcionária do INPS na cidade de Itaúna, MG, onde me dediquei a compor e a repensar a vida e a planejar as ações dali pra diante.

Numa vinda a BH, D. Clélia, proprietária do Saloon, insistiu comigo para que inscrevesse Viva Zapátria no VII FIC - Festival Internacional da Canção da Rede Globo e que acontecia anualmente no Maracanãzinho, Rio de Janeiro. Atendendo a esse apelo, chamei os amigos Flávio Venturini e Zé Geraldo Vermelho (mais tarde 14 Bis) e fomos ao estúdio da Bemol, no bairro Caiçara, fazer a gravação. De posse da fita K7, realizei a inscrição no escritório da TV Globo Belo Horizonte atendido pelo jornalista Hugo Alessi e em seguida entreguei o comprovante da inscrição para a D. Clélia. Missão cumprida pensei.

Nesse meio tempo, juntamente com os músicos Márcio Barroso Melão, Marcinho Bombril, Yuri Popoff, Zé Geraldo Vermelho e Flávio Venturini, realizamos no Teatro da Imprensa Oficial o show "Rock Funeral".

Voltei para o sítio em Itaúna e lá permaneci até que numa noite, sem prévio aviso, chega o amigo Marcos Rangel, estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e companheiro de Saloon, numa Veraneio verde oliva - que a princípio me causou certo temor por ser um tipo de veículo muito utilizado pela repressão militar - da TV Globo de Belo Horizonte para me buscar e me "despachar" na manhã seguinte para o Rio, a pedido da direção do FIC.

Acompanhou-me até o Rio, o Diretor Regional da Globo, Clemente Neto, homem de confiança de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho - o Boni - que "me entregou" pessoalmente a Solano Ribeiro, diretor artístico do festival. Fui instalado num hotel da zona sul e desde aí fiquei à disposição e por conta da Rede Globo. O início do festival era em setembro e ainda estávamos no final de junho princípio de julho...

Tive a oportunidade de conhecer e conviver com Walter Clark, José Otávio Castro Neves, José Magaldi, Pacote, Borjalo, Arnaldo Artilheiro, Milton Moraes.

Reencontrei Mario Lúcio Vaz que havia trabalhado na TV Itacolomy antes e parte do tempo em que lá trabalhei.

Assisti a várias audições classificatórias onde a comissão formada por Roberto Freire, Décio Pignatari, Sergio Cabral, o pai, e os maestros Júlio Medaglia e César Camargo Mariano, sob a batuta

de Solano Ribeiro, estavam selecionando as outras 29 músicas que iriam participar do festival.

Minha música Viva Zapátria foi levada até a Argentina para convencer o grande músico Astor Piazzolla, sua esposa e cantora Amelita Baltar e seu parceiro José Ferrer a virem participar do VII FIC.

No encontro com eles no Rio de Janeiro, José Ferrer, com quem muito conversei, me deixou inteirado de acontecimentos relativos à hidrelétrica de Itaipu que naquele tempo era um verdadeiro mistério para nós brasileiros. O regime militar mantinha às escondidas toda a problemática social que envolvia as desapropriações de quase 40 mil trabalhadores do campo para essa instalação, assim como os acordos com o Paraguai e a Argentina.

Início do calvário - Definidas as 30 músicas que iriam participar do festival, suas letras foram enviadas para liberação junto à DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal. Começaram os problemas. Viva Zapátria foi censurada. A direção do festival, da Rede Globo e da Som Livre se mobilizaram para conseguir liberar a música. Homero Icaza Sanchez, diretor do Departamento de Análise e Pesquisas, conhecido como "El Brujo", é chamado a opinar. Ele recomenda todo empenho para a liberação da música junto à Censura uma vez que "é imprescindível ao espetáculo a participação do artista Sirlan e sua música Viva Zapátria". Segundo ele, "essa canção tem todos os ingredientes para ser um hino nesse momento da sociedade brasileira".

Até as mulatas do Sargentelli foram mobilizadas para visitar o setor de censura da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Fomos, eu e Murilo Antunes acompanhados de representantes da Globo ao Palácio do Catete, para apresentar nossas justificativas aos censores. No dia anterior falamos com o Chico, o Buarque, que nos recomendou contar uma história absurda "porque é o que tá colando agora". Depois de muita conversa com os censores, o Murilo escreveu de próprio punho junto da letra de Viva Zapátria: "O termo Zapátria foi colocado em homenagem à Zapata do México, e em virtude de já existir uma outra música com o mesmo título, "Viva Zapata", achei melhor modificar." (vide letra anexa)

A música foi liberada para a apresentação no festival e gravação do LP As Finalistas do VII FIC e também um compacto que gravei tendo como lado B a música Super Herói, ambas em parceria com Murilo Antunes, lançados pela gravadora Som Livre. A Polygram lançou seu LP com as Finalistas do VII FIC e Viva Zapátria foi gravada pelo MPB4 que era artista contratado desta companhia.

Durante as apresentações no VII FIC, eu como todos os artistas participantes sofremos diversos tipos de pressão e coação. Nos bastidores do Maracanãzinho, antes de subir ao palco, tínhamos que nos apresentar a uma banca de censores que avaliavam dentre outras coisas até a maneira como estávamos vestidos. A presença de agentes à paisana nos ameaçava, provocava e até nos agrediam fisicamente nos momentos que antecediam nossa entrada ao palco, numa tentativa clara de nos intimidar e evitar que "fizéssemos ou disséssemos algo que não estivesse de acordo com o programado por eles". Eu mesmo sofri um princípio de agressão no momento em que me dirigia ao palco para cantar. Fui "salvo" pelo diretor de produção da Globo, Arnaldo Artilheiro que ao passar pelo local na hora do acontecido disse "esse menino não", me pegou e me levou até a área da coxia, reservada àqueles que entrariam no palco.

Alguns episódios marcantes que aconteceram durante a primeira fase do festival foram a tentativa de evitar a apresentação de Hermeto Pascoal e Alaíde Costa com a detenção deles em um cômodo do Maracanãzinho minutos antes deles subirem ao palco, o que causou profundo mal estar geral, e a destituição de todo o corpo de jurados, por pressão e exigência da Polícia Federal, em razão de uma declaração pública de Nara Leão. Esse último episódio é narrado em detalhes no livro NARA escrito por Sergio Cabral que também participou intensamente daquele festival. Neste mesmo livro, Sérgio Cabral escreve na página 170: "Tempos difíceis aqueles. O compositor mineiro Sirlan, finalista do festival com Viva Zapátria, teve as 12 músicas do seu long-play de estréia, na gravadora Som Livre, vetadas pela censura, que proibira, até ali, 36 músicas de Luís Gonzaga Jr". Houve também o episódio da agressão física a Roberto Freire, que fazia parte do júri destituído.

Superados os percalços, adentrei pela primeira vez ao palco do Maracanãzinho. Os registros da época falam de uma platéia com mais de 30 mil pessoas. Fui recebido debaixo de vaias. Como que por um sopro divino, tive tranqüilidade para esperar a vaia diminuir. Quando consegui começar a tocar e cantar, o público deu uma

profunda demonstração de respeito. Um silêncio dominou o lugar e ao final de minha apresentação a consagração. O público aplaudiu de pé. A repercussão foi instantânea. Toda imprensa presente, brasileira e internacional, me assediou na saída do palco. A partir daí era parado pelas ruas do Rio de Janeiro por todos os tipos de pessoas, das mais variadas classes sociais e idades. Meu nome que já era citado por alguns jornalistas como uma das revelações do festival, começou a figurar entre aqueles que poderiam vencer o certame. Mais do que nunca a gravadora Som Livre começou a se ocupar dos preparativos para o lançamento do meu LP com o intuito de aproveitar o momento de grande aceitação por parte da crítica especializada e do público em geral.

Chegamos à final nacional. Dessa vez minha entrada ao palco se deu sob aplausos. Fizemos mais uma boa apresentação e o público correspondeu maravilhosamente ao final.

Como não ganhei o festival, "inventaram", numa clara tentativa de agradar a crítica e a opinião pública, o prêmio de "MENÇÃO HONROSA" para a música Viva Zapátria e seu compositor e intérprete Sirlan.

E não parou por aí. Fui convidado a representar o Brasil no júri da Final Internacional. E como o cantor e ator Richard Harris não pôde vir ao Brasil, fui escalado assim como o cantor Greco-francês Demis Roussos para o grande show de encerramento do VII FIC.

Findo o VII FIC, começou o processo de tentativas de liberação de repertório junto à Censura Federal para a gravação do tão desejado e esperado LP. Foram várias as tentativas, todas frustradas com o veto de todas as músicas enviadas. Como todas as minhas músicas e com meus parceiros eram vetadas, comecei a buscar músicas de outros autores na expectativa de obter êxito na liberação das mesmas. Em vão. Todo o material remetido à Censura, com o objetivo de possibilitar meu lançamento no mercado fonográfico, era sistematicamente vetado numa clara demonstração de perseguição ostensiva à minha pessoa e à minha carreira artística.

Nesse mesmo período, estava negociando com a Editora Musical Novo Rumo Ltda. - integrante do Sistema Globo de Edições Musicais, SIGEM - um contrato de exclusividade para a edição de músicas de minha autoria, conforme minuta que junto como anexo. Este contrato garantiria uma renda mínima

mensal de Cr\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros) o que resultaria num ganho mínimo anual da ordem de Cr\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros), a partir de 16 de outubro de 1972.

Convertidos os valores para fevereiro de 2014 encontramos o seguinte resultado:

renda mínima mensal = R\$ 26.436,04 (vinte e seis mil quatrocentos e trinta e seis reais e quatro centavos);

ganho mínimo anual = R\$ 317.232,48 (trezentos e dezessete mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Esse é o tamanho do prejuízo apenas quanto aos ganhos com edição musical.

Entrei para a "lista dos malditos". Fui tirado de cena.

Após 2 anos de sucessivas tentativas sem sucesso, a Som Livre rescindiu o contrato comigo. A partir de então, não consegui liberar nenhuma música nem despertar o interesse de qualquer outra gravadora já que ninguém queria correr o risco de ter em seu elenco um **artista maldito**, perseguido pela censura, que poderia trazer prejuízos políticos e financeiros, segundo a ótica do momento.

Voltando no tempo, no Natal de 1971, realizamos no Teatro Marília, em Belo Horizonte, um espetáculo chamado Fio da Navalha. Nele, artistas radicados na cidade e em outras localidades se reuniam no dia 25 de dezembro para um show musical no Teatro Marília. Tudo certo, sem maiores problemas. Show liberado pela censura e casa cheia.

No Natal de 1972, programamos reeditar o Fio da Navalha. O Zizza, líder do conjunto Os Turbulentos no qual tanto eu quanto o Flávio Venturini havíamos atuado por um bom tempo, resolveu nos auxiliar exercendo o papel de produtor do show. Muito conhecido na cidade e também na Censura Federal já que semanalmente ia buscar a liberação para os bailes onde Os Turbulentos atuavam, foi surpreendido ao entregar a programação do Fio da Navalha, versão 1972, para liberação na Polícia Federal. Quem o atendeu, pensando se tratar de mais um baile, já estava pronto a usar o carimbo **LIBERADO** quando leu na programação o nome **SIRLAN**.

Imediatamente negou a liberação e interpelou o Zizza dizendo: "você agora está andando com esse tipo de gente? Esse Sirlan é perigoso, não pode participar de jeito nenhum. Se ele subir ao palco acabamos com o show e prendemos todo mundo". O Zizza ainda tentou argumentar dizendo que eu só iria tocar bateria e não cantaria nenhuma de minhas **músicas**. A resposta foi taxativa: **"ESSE AÍ NÃO PODE!"**.

Caí no ostracismo! Aos 23 anos de idade, com o mundo aberto à minha frente e todas as possibilidades de me firmar como um dos grandes artistas desse país, ao invés de uma carreira promissora, comecei sim uma grande luta para sobreviver, não cair numa profunda depressão e suas terríveis consequências nem me afundar no alcoolismo nem nas drogas. Não foram poucas as vezes que o pensamento de por fim a vida rondaram minha cabeça. Foram duros, muito duros todos esses anos. Muitos baixos e alguns médios. Nenhum "altos".

Continuei na luta e na busca de espaços e trabalho para sobreviver, trabalhando com o que aparecia - publicidade, criação de jingles, produção, rádio - e continuei fazendo música. Era uma ponta do sonho, que apesar de tudo, não foi quebrado. E foi esse sonho e uma "força divina" que me mantiveram vivo e lutando.

Até que em 1979, num momento em que se ensaiavam os primeiros passos para uma abertura política, consegui a liberação de algumas novas canções e montei um show no Teatro da Imprensa Oficial, em Belo Horizonte.

Resultou desse show a contratação para gravar o LP "Profissão de Fé" pela gravadora Continental lançado no segundo semestre de 1979.

Mas já era um outro tempo. Sete anos haviam transcorrido desde o VII Festival Internacional da Canção. Muitas mudanças, as oportunidades existentes no ambiente do VII FIC, da gravadora Som Livre, da Rede Globo de Televisão já tinham se dissipado feito fumaça. O estrago já estava feito.

E a Gravadora Continental além de não ter muito poder de fogo no mercado, ainda entrou num processo de decadência interna. Problemas com a divulgação, problemas com a distribuição, mudanças na direção artística, problemas, problemas... E eu, já com os meus problemas, no meio desse fogo cruzado. Embora o

disco tenha tido uma cobertura bem expressiva por parte da imprensa escrita em todo país, faltou execução no rádio, aparições na TV, sistema de distribuição às lojas e muito mais. **Não aconteceu.**

Em texto escrito e apresentado por Roberto Moura, crítico e doutorando em Música pela UniRio, no 36°. ICTM (International Council for Traditional Music) realizado de 4 a 11 de julho de 2001 no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, Moura diz: "Há, naturalmente, o trabalho de Capinam, Cacaso, Gonzaguinha, Aldir Blanc, Fernando Brant, Nei Lopes, vários outros. Eram compositores e poetas dispostos ao exercício quixotesco de contrapor versos às baionetas. Repare-se que, para alguns desses nomes, esse esforço para driblar a censura era a tentativa de preservação não apenas do direito de expressão, mas da própria garantia de sobrevivência no mercado musical. Perseguido ferozmente determinados nomes, era como se a censura tentasse inviabilizar-lhes a carreira - infelizmente, pelo menos num caso, pode-se dizer que a censura foi vitoriosa. O mineiro Sirlan, inexplicavelmente ausente da Enciclopédia da Música Brasileira (Folha de São Paulo/Art Editora, 1998), tinha se destacado com a canção Viva Zapátria, no 7°. Festival Internacional da Canção, de 1972, emocionando 30 mil pessoas no Maracanãzinho, além de milhões de outras, via TV, Brasil afora. Contratado pela Som Livre, Sirlan teve sistematicamente todas as suas músicas rejeitadas pela censura, até que o contrato foi rescindido e ele acabou retornando a Belo Horizonte. Já no final daquela década, ele conseguiu ser recontratado, agora pela Continental, lançando o elepê Profissão de Fé. No Pasquim n°. 526, escrevi um artigo que se chamou Castração teu nome é Sirlan, lembrando o seu infortúnio e é dele os trechos que se seguem:

"Era ministro da Justiça o professor Alfredo Buzaid, o mesmo que hoje advoga causas de multinacionais".

"Pessoalmente, é certo que o compositor amadureceu, mas este amadurecimento esteve proibido de se sintonizar com o desenvolvimento de sua carreira e soa deslocado o seu som ingenuamente panfletário junto ao rosto envelhecido do encarte.(...) O destaque ainda é Viva Zapátria, verdadeiro horizonte aberto a ser compreendido nesta América mãe em que estamos".

O **Correio da Bahia**, de 18 de julho de 1979, em matéria sobre o lançamento do LP Profissão de Fé publicou: "**Seu primeiro LP foi integralmente vetado pela censura, em 72. E as perdas pelo atraso da estréia desse cantor mineiro são irreparáveis.**"

Na virada para 1980 houve uma mudança radical na direção e nos rumos da Continental. Eu e diversos artistas deixamos de fazer parte do cast da gravadora. Voltei à estaca zero.

Fui à luta para sobreviver com dignidade.

Trabalhei em tudo que pude, andei pelo país em busca de oportunidades. Como não tenho curso superior, tive que apelar para as experiências vividas no rádio, televisão, jornal e publicidade, e outras habilidades desenvolvidas ao longo da vida.

Neste momento, não tenho trabalho nem emprego fixo. Por conta de todo o acontecido, dentro do quadro atual, a única possibilidade de eu vir a me beneficiar de uma aposentadoria pelo INSS será por idade recebendo o pagamento mínimo.

II - RESUMO DOS FATOS:

A música Viva Zapátria foi criada por mim em parceria com Murilo Antunes no ano de 1968, motivada pelos acontecimentos que vinham se desenrolando pelo país afora, somados ao episódio do assassinato do estudante Edson Luiz de Lima no Calabouço, Rio de Janeiro em 28 de março de 1968.

Nesta época, eu e meus parceiros Murilo Antunes, Fernando Brant, Luís Márcio Vianna; os escritores Adão Ventura, Jaime Gouveia do Prado, Sergio Sant´anna e Henri Correa de Araújo dentre outros; cineastas como Carlos Alberto Prates, Miltão Gontijo, Geraldo Veloso, Paulo Augusto Gomes, os advogados Crepaldi e Márcio Santiago além de estudantes do Colégio Estadual, da FACE - Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, professores universitários e gente do teatro como Jota Dângelo, Helvécio Guimarães, Etienne Filho, José Antônio de Souza, José Mayer, Alcione Araújo, Eid Ribeiro, mantínhamos encontros diários no Saloon, bar situado à rua Rio de Janeiro e no Restaurante Lucas, ambos no centro de BH, onde discutia-se e trocava-

se informações sobre tudo o que acontecia no Brasil e no mundo.

Era notória a presença de “pessoas estranhas” que nos acompanhavam a distancia, vigiando nossas conversas e nossos passos.

Em 1969 trabalhei como músico – baterista – do MPB4, grupo vocal conhecido e reconhecido por sua postura política. Nesse período tive a oportunidade de conhecer e conviver com Chico Buarque de Holanda, Paulo César Pinheiro, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Nei Lopes, João Bosco, Aldir Blanc, Ivan Lins, Vítor Martins, Luis Gonzaga Jr., Maurício Tapajós, Egberto Gismonti, Mauro Duarte que assim como os componentes do MPB4 muito contribuíram para a minha formação e compreensão da realidade em que vivíamos.

A ação da repressão através da Censura da Polícia Federal impediu que minha carreira artística pudesse ter os resultados esperados e projetados por mim, pela Rede Globo de Televisão e pela gravadora Som Livre.

Quando da gravação e lançamento do elepê "Profissão de Fé" pela gravadora Continental, em 1979, não foi possível recuperar o tempo e as perdas ocasionadas pela ação da perseguição enfrentada nos anos anteriores. Minha carreira já estava destruída.

III - Considerando:

a repercussão e projeção nacional e internacional mais a aceitação de público e de crítica que obtive como compositor e cantor a partir do VII FIC;

as possibilidades artísticas e financeiras sendo contratado como artista - cantor e compositor - da Som Livre que resultariam em:

lançamentos de discos pela gravadora com toda a estrutura de distribuição nacional e internacional, divulgação nas publicações impressas - jornais e revistas de O Globo -, no Sistema Globo de Rádio e na programação da Rede Globo de Televisão em todo Brasil e em outros países;

músicas editadas pela Sigem - Sistema Globo de Edições Musicais - inclusive com o contrato de exclusividade com a Editora Musical Novo Rumo, do grupo Sigem - conforme apontado nas páginas 10 e 11, e com a possibilidade de gravações inclusive por outros artistas nacionais e estrangeiros;

participação em programas musicais e telenovelas, festivais nacionais e internacionais, com recebimento de cachês por apresentação, e grande visibilidade para o artista e sua obra;

inserção de músicas nas trilhas de novelas e outros programas da grade da TV Globo e de outras emissoras que gerariam direitos de intérprete, direitos editoriais e direitos de execução pública enquanto autor;

shows pelo Brasil e pelo mundo;

direitos artísticos e editoriais sobre a venda de discos e assemelhados;

direitos autorais sobre a venda de discos, partituras, CDS e DVDs, vídeos e outras formas de fixação da obra, inclusive de terceiros;

direitos autorais sobre execução pública - execução em rádios, TVs, shows, bares e restaurantes e outros locais;

participação como convidado em discos de outros artistas e coletâneas.

Tomando por referência e parâmetro:

as carreiras de artistas da minha geração, - compositores/ cantores - que surgiram no mesmo VII Festival Internacional da Canção no ano de 1972 - Alceu Valença, Fagner, Belchior, Raul Seixas, Ednardo, Sérgio Sampaio e Renato Teixeira - os quais não ficaram sob o jugo da censura e da repressão, podendo assim construir e consolidar suas carreiras e suas obras;

um contrato de exclusividade para a edição de músicas de minha autoria, conforme minuta que junto como

anexo, o qual não foi efetivado por conta da ação da Censura;

No parágrafo 9º deste contrato reza: ..."A EDITORA manterá escrituração permanente e clara, dos resultados financeiros da operação objeto do presente contrato, individualizando todos os lançamentos cabíveis. Com periodicidade trimestral, levantará um balancete de tais lançamentos para mútua análise. No caso de se verificar saldo credor a favor do AUTOR, este receberá da EDITORA o excedente, sem prejuízo do pagamento das parcelas a que se refere a cláusula anterior. Ainda, havendo saldo credor cujo quociente for superior à mensalidade ora estipulada, esta, de comum acordo, deverá ser revista e reajustada";

contrato esse que garantiria uma renda mínima mensal de Cr\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros) resultando num ganho mínimo anual da ordem de Cr\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros), a partir de 16 de outubro de 1972.

Convertidos e atualizados esses valores para Fevereiro de 2014, utilizando o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, encontramos o seguinte resultado:

renda mínima mensal atualizada = R\$ 26.436,04 (vinte e seis mil quatrocentos e trinta e seis reais e quatro centavos);

renda mínima anual atualizada = R\$ 317.232,48 (trezentos e dezessete mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Corrigindo e multiplicando o valor da renda mínima anual atualizada por todos esses anos, pode-se ter uma ideia do tamanho do "prejuízo mínimo", e isso apenas quanto aos ganhos com edição musical. Os outros prejuízos financeiros não estão aqui considerados numericamente.

IV – DO DIREITO

O Regime do Anistiado Político instituído pela Lei nº 10.559/2002, compreende, entre outros, os seguintes direitos:

- a) declaração da condição de anistiado político;
- b) contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias (incisos I e III, do art. 1º, da lei).

Além do mais, o art. 2º, da mesma lei especifica as condições para a declaração de “Anistiado Político”, entre as quais, salientamos as seguintes:

- a) atingidos por atos institucionais ou complementares, ou de exceção na plena abrangência do termo;
- b) punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expediente oficiais sigilosos, sendo trabalhadores do setor privado ou dirigentes;
- c) desligados, licenciados, expulsos ou de qualquer forma compelidos ao afastamento de suas atividades remuneradas, ainda que com fundamento na legislação comum, ou decorrentes de expedientes oficiais sigilosos (incisos I, VI, VII e XI, do art. 2º, da lei em questão).

O Anistiado também tem direito à contagem do tempo em que esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, porque alijado do mercado formal de trabalho, em razão da punição sofrida, por motivo exclusivamente político, nos termos do art. 1º, inciso II; art. 2º, inciso I, VI, VII e XI, da lei em questão.

De fato, o art. 2º, inciso VI, dessa lei, contempla duas condições para a implementação do direito à contagem do tempo prevista no art. 1º, inciso III, da mesma lei, a saber:

- 1ª) afastado da atividade remunerada que exercia e,

2ª) bem como impedido de exercer atividade profissional em razão de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

O Anistiando, em 1972 com 21 anos de idade, residindo entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, não conseguiu exercer sua atividade profissional remunerada e passível de vínculo a regime previdenciário, em razão do processo de perseguição política que sofreu, na época, circunstâncias que atraem a aplicação da segunda parte da condição prevista no inciso IV, do art. 2º, da Lei 10.559/2002.

V – DO PEDIDO

ISTO POSTO, requer:

1º) Declaração da condição de “Anistiado Político”, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 2º, inciso I, ambos da Lei 10.559/2002;

2º) Contagem do tempo relativo a 21 de julho de 1972 a 5 de outubro de 1988 nos termos do art. 1º, inciso III, c/c o art. 2º, inciso I, VI, VII e XI, da Lei 10.559/2002;

3º) Indenização retroativa considerando o período de julho de 1972 a outubro de 1988, tendo por base o valor mensal de 73 (setenta e três) salários mínimos vigentes;

4º) Recebimento do pagamento de prestações mensais continuadas, no valor de 73 (setenta e três) salários mínimos vigentes;

5º) Solicitação junto a Abin, a Polícia Federal, ao Arquivo Nacional e outras instituições que possam deter informações e documentos relacionados a todo o esquema de censura e perseguição empreendido contra a minha pessoa, para que ofereçam os mesmos a esta Comissão;

6º) Solicitação junto a Rede Globo de Televisão de cópias dos vídeos do VII FIC - semifinais, final nacional e final internacional -, para compor o acervo do Memorial da Anistia assim como para o arquivo pessoal do autor. Esse pedido se deve ao fato de nunca ter sido exibido em lugar nenhum, cenas do VII FIC, à exceção de um curto trecho da

apresentação de Maria Alcina cantando a música Fio Maravilha que pode ser visto no You Tube. Várias tentativas foram feitas por mim e por terceiros para a obtenção deste registro em vídeo, sem sucesso. Teriam sido destruídos ou confiscados esses vídeos? Teremos agora a oportunidade de responder a essa pergunta que não quer calar.

SIRLAN ANTÔNIO DE JESUS

RUA JANDAIA 179 - A
SETE LAGOAS - MINAS GERAIS
CEP 35702-039
e-mail - sirlan.jesus@gmail.com

conta bancária - Banco Itaú - agência 3352 - conta n. 01482-7
telefone - 031 9924-0810

anexos A

- 1 - Carteira de identidade - M 551 SSPMG;
- 2 - CPF - 141.081.196-49;
- 3 - Carteira da Ordem dos Músicos do Brasil - seção MG;
- 4 - Carteira do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro - RJ;
- 5 - Certidão de Casamento;
- 6 - Certidão de Nascimento de Filho.

anexos B

- 1 - Contrato com o Sistema Globo de Gravações Audiovisuais - SIGLA - Som Livre;
- 2 - Documento confirmando encerramento de contrato com a Sigla;

- 3 - Contrato de edição musical Sigem - Viva Zapátria;
- 4 - Contrato de edição musical Sigem - Super Herói;
- 5 - Minuta de contrato de exclusividade sobre obras lítero musicais entre Sirlan Antônio de Jesus e Editora Musical Novo Rumo Ltda.

anexos C

letras de músicas vetadas pela Censura Federal

- 1 - Bailarina
- 2 - Bom de Sela
- 3 - Boquinhas Pintadas
- 4 - Coragem
- 5 - Deus Salve a América
- 6 - Os Grandes Assassinos Podem Rir nos Jornais
- 7 - Posições ou Olhando Torto
- 8 - Serviço de Meteorologia
- 9 - Viva Zapátria
- 10 - Encaminhamento do Arquivo Nacional à Sra. Holly Lyn Holmes, musicista e pesquisadora da University of Illinois at Urbana-Champaign, USA.

anexos D

clipping